

A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30)

Mocambo: s.m., esconderijo, refúgio dos escravos fugidos (etim. do quimbundo *mu*, prefixo, + *kambu*, esconderijo). Há também o adjetivo *mocambeiro*. Abon.: «Um desses quilombos ou mocambos de negros tornou-se extremamente notável no nosso país, e merece alguns momentos de atenção!»

Por definição, «mocambo» articula-se à transposição e adaptação no Brasil de um saber-fazer próprio aos escravos de origem africana. Às raízes yorubá² e angolense entrelaçar-se-iam formas típicas de habitação dos nativos, recebendo, sem dúvida, também dos colonizadores outros elementos. A sua colocação em discurso está, antes de tudo, ligada ao próprio anseio e ousadia de escape a uma ordem senhorial e de recomposição da liberdade perdida pelo homem, nela, estrangeiro. Para o ex-escravo ou aquele que fugiu o significado mais remoto dessa forma de morar se remete a um movimento político de resistência e transgressão aos modos da senzala³: ao «quilombo»⁴. Esta unidade política e social de resistência, na verdade, organizava-se espacialmente com a reunião de pequenas habitações de barro batido, os mocambos) dispostas em arruamentos irregulares no interior de um largo recinto fortificado⁵. No Quilombo dos Palmares, por exemplo, proliferaram os núcleos de mocambos: os de «Zambi», das «Tabocas»,

* Arquitecto e doutorando da Universidade de São Paulo.

¹ A. M. Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, 1867, terceira parte, p. 21, in Mendonça, 1935, p. 220.

² Relativa à cultura yoruba, introduzida no Brasil pelos negros da «Costa dos Escravos», do golfo da Guiné, sobretudo a partir dos séculos xviii e xix. Localmente tomariam o nome de «nagôs». Segundo o médico-legista e etnólogo Arthur Ramos (*As Culturas Negras no Novo Mundo*, 1935), porém, a arquitetura primitiva dos mocambos estaria apenas relacionada a influências congolenses, portanto aos povos «bantus» da costa ocidental da África meridional e da contracosta.

³ Conjunto de casas ou quartos que se destinavam aos escravos de uma fazenda ou de uma casa senhorial; designação utilizada para o alojamento dos cativos no Brasil.

⁴ Ajuntamentos de escravos fugidos, insurretos ou raptados, a partir do começo do século xvii no Brasil.

⁵ A. Ramos, *O Negro na Civilização Brasileira*, 1956, pp. 68 e 141 (1939, 1.ª ed.). A referência a «mocambos», contudo, também pode ser utilizada para pequenos ajuntamentos de habitações individuais, para uma aldeia inteira protegida por duas ordens de paliçadas, ou ainda, como no caso do Quilombo do Mocambo (1646) na Bahia, para identificar um conjunto dessas fortificações [cf. E. Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*, 1988, pp.14 e 57-58 (1946, 1.ª ed.)].

do «Danbruganga», de «Cêrca Real do Macaco», de «Antalaquituxe», de «Aqualtune». «Mocambo» designava, portanto, para seu primeiro morador, a audácia e o arrojo de um certo «esconderijo», do interior do qual poder-se-ia cantar: «Folga nêgo, Branco não vem cá.»

Contudo, quase nunca será este o sentido trabalhado pelos diversos estudos, ensaios, artigos, relatórios e reportagens que mais recente e freneticamente tematizarão o «mocambo»⁶ e sua casa primitiva. Na verdade, nos idos de 1930 tem lugar em Pernambuco um debate bastante prolixo sobre a questão da habitação. Localmente, médicos, engenheiros, cientistas sociais, administradores públicos, literatos ou jornalistas realizam uma verdadeira «explosão» discursiva do mocambo. É então que ele é transformado em um problema eminentemente político, atravessado por tipos de discurso os mais variados, tornado enfim objeto de intervenções oficiais sob a forma também de políticas sociais. É justamente esta construção discursiva e, ao mesmo tempo, política do mocambo que queremos pôr em evidência.

MOCAMBOS GENUÍNOS E MOCAMBOS URBANOS

De fato, em 1940, como alerta o engenheiro F. Baptista de Oliveira, «a palavra *mocambo*, dada pelos próprios negros às suas rudimentares habitações, não está mais utilizada com o mesmo sentido pelos sociólogos modernos. Gilberto Freire dá a expressão o significado de ‘chouças’, ‘choupanas’, casas de barro e paus, de latas, de zinco, de bambú, de coqueiros, etc. Foi mais longe o referido escritor, tornando a expressão extensiva a todas as habitações pobres»⁷.

O engenheiro focaliza exatamente um desvirtuamento de sentido operado pela literatura científica sobre o assunto, no que se refere sobretudo aos aspectos construtivos da casa popular. Insiste, indignado, no resgate do significado do mocambo enquanto uma «expressão etnobotânica regional». É aí que, curiosamente, acusa a etnografia arquitetônica realizada por Freyre de confundir o elemento cultural e ecológico do mocambo com as expressões «espúrias» e construções «bastardas» das periferias das grandes cidades.

De fato, a pesquisa de Gilberto Freyre reconhece o empobrecimento arquitetônico das habitações urbanas chamadas de mocambos. Contudo, o seu esforço — como veremos mais adiante — é exatamente o oposto a essa identificação imediata entre a casa do pobre e o mocambo primitivo. Na verdade, a procura de uma habitação adaptada aos trópicos é um dos temas que animam o debate em arquitetura nos anos 20 em Pernambuco. Em sua tese médica de 1929, Aluizio Bezerra Coutinho irá tratar exatamente do mocambo sob um viés biológico e ambiental, apresentando-o como solução exemplar de uma tal «architectura

⁶ Habitante dos mocambos; distinto portanto do «quilombola», do membro dos Quilombos.

⁷ F. Oliveira, «A casa popular como problema urbanístico», conferência pronunciada em 5-6-1940, São Paulo, *Boletim do Instituto de Engenharia*, n.º 155, vol. xxxii, janeiro a julho de 1941.

viva», «funcional», no setentrão brasileiro⁸. Seja por seu «frontão-meião»⁹ vazado, seja pelo isolamento térmico extraordinariamente proporcionado pela cobertura de palha, o mocambo, particularmente em sua versão rural, é então diagnosticado, com base nos recursos da biologia e da física aplicadas às construções, como solução apropriada à saúde e ao conforto corporal dos habitantes.

O longo ensaio do engenheiro pernambucano Alde Sampaio vai adiante. «A casa tropical» pretenderá realizar a coincidência entre uma engenharia da habitação e os dados climáticos e topográficos da paisagem. Em face aos rigores geográficos dos trópicos, a casa verdadeiramente salubre e esteticamente adaptada ao clima requisitará agora a intervenção profissional da engenharia moderna. Trata-se de fazer uma restrição ao ideal higienista de habitação: «Teem sido os microbios, o espantallo actual da hygiene e seguindo esta tendencia, as casas de morada buscam mais se aproximar de salas assepticas do que de verdadeiras vivendas. Preoccupam mais o colchão de ar estagnado acima das portas e os espóros de bacterias que não tenham sido atingidos pelos raios solares, do que as transmissões do calor corporal ao meio ambiente¹⁰.»

Os ideais de salubridade dos higienistas, absolutamente contrários à persistência dos mocambos no Recife, precisarão ser revistos em favor de um conceito mais amplo do projeto de arquitetura, de habitabilidade e adaptação ao meio.

Mocambos rurais, mocambos urbanos, expressões puras e expressões espúrias, são enunciações recorrentes ao debate que se travava na procura dos elementos autóctones, definidores de uma cultura regional autêntica, imediatamente ligada ao território. O escritor Hildebrando de Menezes publica um longo artigo no jornal *O Diário de Pernambuco* acerca da «visível diferença entre os mocambos do Sertão e os mocambos do Recife»¹¹. Seu contemporâneo, o desenhista Manuel Bandeira, frequentemente requisitado por Freyre, em seus trabalhos de representação do mocambo, se insere, aliás, nesse mesmo movimento de resgate do elemento primitivo mais coerente. Seja em suas ilustrações de paisagem, seja nas plantas-baixas e identificações de usos, seja no detalhamento minucioso das técnicas e materiais construtivos ou mesmo dos utensílios domésticos básicos da habitação, cabe ao olhar atento do artista codificar e modelizar as alternativas de arquitetura popular¹².

⁸ Aluizio Bezerra Coutinho, *Habitação Hygiênica em Paizes de Clima Quente em face da Architectura Viva*, Rio de Janeiro, Officinas Alba Graphics, 1930.

⁹ «Empena», parte frontal do edifício, em forma de triângulo isóscele, que vai da altura das paredes laterais até a cumeeira.

¹⁰ A. Sampaio, «A casa tropical», in *Boletim de Engenharia*, anno v, n.º 2, v. 3, Recife, dezembro de 1927.

¹¹ Hildebrando Menezes, «Os moradores dos mocambos do sertão e do Recife», in *Diário de Pernambuco*, Recife, 18-11-1937.

¹² Os desenhos de Bandeira aparecem na 1.ª ed. do livro *Sobrados e Mocambos*, de Gilberto Freyre (1936); depois, junto com as pinturas de Dimitri Ismailovitch, em *Mocambos do Nordeste* (1937). O mocambo será também objeto de especulação visual por parte dos fotógrafos, nas revistas ilustradas da cidade e em certames artísticos. Destacam-se as fotografias de Mário de Oliveira e F. Rebello, nas quais o modo de vida dos habitantes dos mocambos será explorado esteticamente com obstinação.

Em oposição à forma mais autêntica do mocambo nordestino, como expressão de uma cultura exuberante, os mocambos urbanos representam o abastardamento das tradições. Em oposição à uniformidade de uma cultura popular que materializa o mocambo, emergem representações que os tomam por irracionais, por mera evidência da miséria. São representações que associam «mocambo» à «casa de pobre», como os descritos em 1935 por José Lins do Rego, na Rua do Cisco, *O Moleque Ricardo*.

«O masseiro, a mulher e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão coberta de zinco. Custava doze mil-réis por mês. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite escalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedía, e os urubus faziam ponto ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banzeiros pelas biqueiras dos mocambos»¹³.

O NACIONAL-POPULAR E O MOCAMBO REGIONAL

É certamente Gilberto Freyre o grande expoente deste movimento de procura do regional no «tipo mais primitivo de casa popular brasileira». Para ele, o mocambo não existiria em vão.

«Nele afirmou-se de modo sociologicamente significativo, e até esteticamente expressivo, a capacidade do brasileiro rústico para, à base de tradições européias e, principalmente, ameríndias e africanas, de arte de construção vegetal, resolver, como 'arquiteto anônimo', problemas importantes de sua fixação em espaço tropical, em face de destribalização e de ajustamento de destribalizados a modernas condições de vida denominada civilizada: inclusive ao tipo de família denominado romântico, isto é, constituído por homem, mulher e filhos. A família do genuíno, do telúrico, do brasileiríssimo caboclo¹⁴.»

Ora, importa destacar que o mocambo, «refúgio de negros» tal qual encontramos na origem etimológica da palavra africana, subvertendo as formas escravocratas da dominação, é suntuosamente redefinido por Freyre como capacidade de ajustamento a uma formação «patriarcal ou semipatriarcal», que curiosa e permanentemente o exclui. O que era efeito de um «contrapoder», é simplesmente interpretado aqui como um efeito de integração/estabilização sociologicamente comprovável.

Desde *Sobrados e Mocambos* (1936), de fato, temos uma interpretação que, ao mesmo tempo que releva o elemento de acomodação entre as culturas de base na formação social do povo brasileiro, privilegia uma leitura descendente dos contatos culturais: do colonizador ao nativo, do senhor ao escravo, do civilizado ao primitivo. O sentido inverso é, obviamente, interpretado como contribuição dos

¹³ José Lins do Rego, *O Moleque Ricardo*, 1935, pp. 113-114.

¹⁴ Gilberto Freyre, 1979, p. 82.

dominados ao repertório exótico de um luso-tropicalismo que supostamente deu certo. Assim é que as suas representações sociológicas da vida privada e familiar no Brasil concentram-se particularmente no universo dos sobrados das novas camadas urbanas do século XIX, reservando para elas o grosso da pesquisa documental, enquanto que as aldeias de mocambos são objeto de considerações por demais hipotéticas e limitada pesquisa de campo. Isso evidentemente não impede o elogio da cultura popular, mais uma de suas modernas construções discursivas:

Melhor aboletado estava decerto o pessoal dos mucambos. Alguns mucambos teriam talvez por cobertura, como as primeiras palhoças de índios descobertas nas praias pelos portugueses, duas ou três camadas de sapé. Melhor proteção contra a chuva e até contra o calor. Detalhe que não passara despercebido aos portugueses, sempre mais prompts que outros europeus a assimilar dos indígenas a experiência do meio. E a tradição é ainda conservada pelos constructores mais ortodoxos de palhoças.

Mas esse typo indígena de palhoça recebera a influencia européa da «chouça ou choupana á maneira das campestinas do Reino», levantadas pelos portugueses menos remediados. Pelos que não podiam dar-se imediatamente ao luxo de casa de pedra ou adobe.

Foi influenciado depois pelo mucambo de origem africana. Pode-se mesmo associar ao africano, sobretudo ao mucambeiro, ao quilombola, ao negro de Palmares, ao escravo fugido para os matos, o uso da palha de coqueiro, depois tão utilizada na construção da palhoça rural, de praia, e mesmo de cidade, no Norte¹⁵.

É desse modo que nosso regionalismo pode contribuir com o elemento nacional-popular e ser moderno: transforma o tradicional em figura de exotismo, o elemento quotidiano em mito fundador, preenchendo modelos teóricos originários em uma certa cultura erudita com uma coloração alicerçada no típico, no trópico, no solo natural, no telúrico. O mocambo brasileiro, enquanto abrigo mais primitivo, idílico e ecológico, como núcleo pobre de romantização da família, ao reencontrar sua virtude mestiça, de negros, índios e brancos, suavemente adaptados, é mostrado em sua face mais graciosa a um projeto de reconstrução de nossas raízes culturais, do homem brasileiríssimo, da memória nacional.

É nesse sentido preciso que é publicada a pesquisa *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil* — certamente melhor documentada no que tange às especificidades construtivas das habitações rurais — em 1937. Não é à toa que o livro de Gilberto Freyre, entusiasticamente prefaciado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é encomendado para inaugurar uma linha de publicações do SPHAN.

¹⁵ Gilberto Freyre, 1936, pp.192-193.

Neste esforço, a memória do *habitat* requer um esquadramento precioso das formas variadas de confecção da casa. Afinal, a preciosidade dos mocambos refere-se também ao seu ajustamento à paisagem natural, à harmonia do processo ecológico.

«Na sua pureza de habitação vegetal, com os cipós fazendo as vezes de pregos e as portas feitas da própria palha ou folhas dos tapumes e da cobertura, o mucambo do litoral do Nordeste, quando construído no secco e entre coqueiros, exprime aquelle primitivismo de cultura de modo atraente. As aldeias de mucambos desse typo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico [...] Também o mucambo da 'mata', do 'agreste', dos 'brejos' e do 'sertão' se apresenta ás vezes com os mesmos característicos de ninhos de gente¹⁶.»

Vale salientar que a década de 1930 no Brasil irá produzir uma série de pesquisas que, por argumentos étnicos culturais ou científicos, procuram legitimidade para um movimento político de construção de identidade da nação. Uma nação que, abalada politicamente e inviabilizada economicamente, procura, em grande medida, nas instâncias da cultura sedimentação social para um novo projeto indiviso de Estado e reprodução do capitalismo no país¹⁷. A ditadura de Getúlio Vargas é significativa dessa nova reorganização do poder e o «Estado Novo» a partir de 1937 irá investir com peso no campo da cultura popular. Neste projeto, a região ainda é necessária e o movimento regionalista de Gilberto Freyre representa um momento específico da dominação ideológica e da integração das oligarquias dentro do processo mais geral de acumulação¹⁸.

Ora, a romantização do mocambo localiza-se exatamente no interior de uma prática de transformação/reversão de sentido das manifestações populares, aliás tão cara ao Departamento de Imprensa e Propaganda e ao Ministério da Educação e Saúde do primeiro período de Getúlio Vargas. O mocambo, pois, mitificado, passa de «esconderijo» de «guerrilheiros» — se recorrermos à etimologia «bantu» e ao episódio histórico dos «quilombos» — a «trabalho» esforçado de ajustamento de destribalizados; passa de refúgio de bárbaros a realização da civilidade; deixa de ser expressão de uma classe social ou de uma raça para simbolizar a «suave mistura das raças», a solidariedade étnica, a paz social; passa, enfim, a articular-se à instituição da família nuclear urbana — a «família romântica» freyriana —, sua moralidade e higiene.

Na verdade, na base da criação do SPHAN, em 1936-1937, está uma polémica, do mesmo modo prolixa, sobre o conceito de patrimônio da nação¹⁹. Na proposta do escritor Mário de Andrade, por exemplo, estavam incluídas tanto as obras eruditas quanto as populares, tendendo a romper com as representações auto-referentes na arte, na cultura e no saber, próprias às elites. Aliás, o próprio Andrade será o articulador central das expedições e inventários culturais realiza-

¹⁶ Gilberto Freyre, 1937, pp. 20-21.

¹⁷ Marilena Chaui, 1979, pp. 121-122.

¹⁸ Gadiel Perruci, 1984, p. 26.

¹⁹ Vera Milet, 1988, pp. 148-149.

dos no final dos anos 30 pelas regiões decadentes e inacessíveis do país. O próprio arquiteto Lúcio Costa, entrosado na nova política cultural, reconhece nas expressões populares do saber dos «incultos», destituídas do «ar afetado e por vezes pedante», sem o *make-up* das expressões eruditas, a explicitação de uma «saúde plástica perfeita». Ao pensar a «casa mínima», «a única que continua viva em todo país, apesar do seu aspecto tão frágil», também aí procura material para as novas pesquisas da arquitetura moderna.

«Feitas do ‘páu’ do mato próximo e da terra do chão, como casa de bicho, servem de abrigo para toda a família — crianças de colo, garotos, meninas maiores, os velhos —, tudo de mistura e com aquele ar doente e parado, esperando... (O capitalista vizinho, esportivo, aéreo-dinâmico — só tem uma preocupação: que dirão os turistas? e ninguém liga de tão habituado que está, pois aquilo faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira brava e pé de milho — é o chão que continua... Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o ‘pseudo-missões, normando ou colonial’, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura²⁰.»

No entanto, a precocidade do ideário modernista, ao confrontar os valores identitários das oligarquias, sua auto-imagem de classe, torna-o inviável, e, com efeito, o projeto vencedor, conforme os estudos de Milet²¹, reafirma a exclusividade dos grandes fatos e feitos, o elemento «notável» ou de «excepcional valor» arqueológico, etnográfico ou artístico, na constituição da memória nacional. A edificação de caráter monumental, as construções eruditas da classe dominante, são assim praticamente as únicas a marcar as origens e tradições brasileiras.

Talvez pudéssemos dizer que a ótica de Gilberto Freyre é, desse modo, tributária, de uma parte, do ideário modernista de consideração da arte popular, sua simplicidade plástica e economia na composição, tão enfatizados, seja por Mário de Andrade ou Lúcio Costa, seja mesmo pelo próprio Rodrigo M. F. de Andrade, de outra parte, do anseio das oligarquias regionais, de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, em situar em si o Brasil mais prematuro e, por último, do projeto hegemônico de estabilização nacional, do próprio investimento na idéia de Nação, trabalho e família, de integração das raças e classes sociais, de resto, criminalizando todo fato considerado menor ou residual.

A tessitura dessa trama política e discursiva revela, pois, a intersecção e os deslocamentos de objetos e conceitos bem variados. O mocambo, colocado em discurso, encontra-se no ponto de cruzamento entre uma avaliação construtiva, e uma consideração higiênica, uma expressão étnico-cultural e um acontecimento regional, um processo ecológico, um fato de civilização e adaptação a um espaço social, uma manifestação do popular, uma afirmação do nacional, um movimento de uma imagem unificada, de uma origem e um sentido para o progresso, que

²⁰ Lúcio Costa, «Documentação necessária», in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 1, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1937, p. 34.

²¹ Milet, cp. cit. p. 180.

repassa, enfim, por uma tal «essência» do mocambo a representação dos vencedores, engendradora noutra parte que não na cultura popular.

CRÍTICA SOCIAL DO MOCAMBO E ESTÉTICA DO CARANGUEJO

Em uma outra orientação discursiva, não obstante uma certa construção mitológica ou poética do mocambo, localiza-se a figura do intelectual Josué de Castro, que entre 1935 e 1937 escreve uma série de pequenos contos e narrações quase documentárias sobre a vida quotidiana dos marginalizados do Recife.

«Afogados, Pina, Santo Amaro, zonas dos mangues, dos 'mocambos', dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados — dos vencidos. Zona dos 'mocambos'. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas-de-flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos — verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana²².»

Com Josué de Castro é certamente o mocambo que aparece nas cidades, o motivo de suas pesquisas. Um mocambo que aparece de uma urbanização excludente, mas que deita suas raízes em um processo de espoliação rural, ligado ao latifúndio da cana-de-açúcar e a sua desintegração. Algo semelhante ao argumento do naturalista Vasconcelos Sobrinho, que insiste em situar o problema dos mocambos no campo, para lá mesmo, preconizar iniciativas que possibilitem uma «ruralização espontânea» das massas urbanas.

Se ambos reconhecem nas misérias do campo a causa das misérias da cidade, o observador Josué de Castro não consegue esconder um certo encantamento pelo cenário grotesco dos mocambos. Um encantamento que surge não apenas ao observar as facilidades naturais e de alimentação que o mocambeiro descobre e manipula, mas também ao testemunhar um ambiente cultural mais denso, «de fundas raízes, difíceis de serem extirpadas» do solo nordestino. A «vegetação dos mocambos» ganha um novo colorido regional, mais realista sem dúvida, opondo-se então aos decretos e normas oficiais, às tentativas «empíricas» de urbanização, às «gaiolas, verdadeiras assadeiras em série, como a maioria das vilas operárias». Pois, de resto, o mocambo reúne uma boa dose de qualidades higiênicas e sociais, de habitabilidade:

No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos.

No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche se estira e se espreguiça, alarga a terra tôda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís

levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A coberta de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mague é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo²³.

O mocambo é assim traduzido na própria forma da subsistência do proletário, do retirante, do negro e do caboclo. A figura de Josué de Castro está sobretudo ligada à campanha internacional contra a fome. Seu livro *Geografia da Fome* (1949) será a pedra-de-toque de um amplo movimento de denúncia das debilidades alimentares da maioria da população brasileira. O curioso é perceber, porém, como as zonas de mocambos, produto da seca e da fome, não fogem ao argumento de sua romantização: como efeito da modelagem da natureza à imagem e semelhança das próprias experiências coletivas dos homens simples vindos dos brejos e sertões, ou de suas respostas, singelizadas, às outras coisas materiais que lhes ofereceram resistência.

Os contos de Josué de Castro, sobre o amanhecer nos mocambos, os primeiros movimentos em casa e na rua, o despertar de balaieiros, o trânsito de operários, carregadores e estivadores, cozinheiras e lavadeiras, meninos de rua, cegos e aleijados, a pescaria na lama, o sururu e o caranguejo, a desertificação dos mocambos, ao lado do frenesi do trabalho na cidade, realmente se esforçam em apreender literariamente os traços de familiaridade com o cotidiano em um microcosmo urbano. Tem um tom memorialista, que aliás aparece explicitamente em seu romance *Homens e Carangueijos* (1967), no qual os habitantes dos mocambos dos arredores de sua morada de infância são os personagens principais. As pequenas histórias dos mocambos na verdade repõem a persistência, lá, de «uma moral própria e características de vida bem singulares», reminiscências de um mundo rural no espaço da cidade, no qual predominariam relações sociais sempre primárias e personalizadas. É nestes termos que Josué de Castro, ao lado da denúncia da miséria — cuja solução, em todo caso, se encontra alhures, reivindica um sentido estético e cultural, tocado de cores positivas, ligado aos mocambos.

FIGURAS DE ROMANTIZAÇÃO DO MOCAMBO

Interessante é notar como estes diversos discursos se entrecruzam, muitas vezes não se ignoram e quase sempre apontam em direções absolutamente distintas. Vasconcellos Sobrinho, com sua atenção voltada para os problemas do campo como mote gerador dos efeitos de proliferação dos mocambos na cidade, dialoga diretamente com Josué de Castro. Ambos incorporam as considerações do médico e biólogo Aluizio Bezerra Coutinho, com quem inclusive Castro chega a colaborar, e, juntamente com Gilberto Freyre, reconhecem no mocambo potencialidades espaciais e arquitetônicas consideráveis.

²³ Id., *ibid.*, pp. 25-26.

No entanto, se para Coutinho a inspiração mais presente para suas considerações arquitetônicas é o funcionalismo de Le Corbusier e as novas teorias em física aplicada e conforto ambiental, para Josué de Castro é a denúncia do urbanismo moderno e das soluções padronizadas de habitação operária que está em jogo, na defesa das próprias alternativas populares. Já para Freyre, pensar o mocambo como comportando uma certa funcionalidade construtiva e espacial, assinala e reforça justamente o lado exótico da sabedoria popular, e, de resto, «esteticamente louvável», posteriormente lançando as bases da reconversão dos significados a ele associados e de sua institucionalização como símbolo de autenticidade cultural da nação.

Se aparentemente é também este o ponto de chegada da reflexão de Lúcio Costa sobre a «casa mínima», se também é a sua pureza decorativa e verdade construtiva que o encanta como expressão legítima do argumento nacionalista, seu discurso evidencia os traços de «incivilidade» da casa e da família proletária, sua inadaptação ao «dinamismo» capitalista, retirando-os do lugar consensual imposto pelo pensamento freyriano.

Neste sentido é que se torna sempre difícil identificar os roteiros tomados pelas enunciações e conceitos, pelos deslocamentos temáticos, pela formação desses objetos de discurso. Se, mesmo nesta pequena amostragem de textos da época, é forte a procura dos elementos de racionalidade, funcionalidade e coerência, tão caros ao discurso letrado (a exemplo do argumento higiênico ou construtivo, do argumento ecológico, do argumento da adaptação ao meio social, do argumento étnico, do argumento da explicitação da nação, do povo, ou de seu subdesenvolvimento econômico), é muito mais forte, e talvez perpassasse todas estas representações, a busca, no mocambo, de uma representação idealizada da origem, de um universo primitivo em estado de harmonia ecológica, de uma identidade precisa, inscrita na coisa em si da tradição de abrigo, genuíno, que apareça como um dos elementos matriciais do homem brasileiro e de sua cultura própria. Isto é, a romantização da forma mais rudimentar do morar brasileiro, a qual é unificada em um dado momento em torno da expressão *mocambo* — palavra, lembre-se mais uma vez, primeiramente pronunciada sem outras pretensões que orientar um caminho para a fuga —, talvez seja o aspecto que acrescenta regularidade a estes discursos.

O DISCURSO POLÍTICO E AS POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DO MOCAMBO

A proliferação de falas competentes sobre o mocambo, na década de 1930, certamente participa de um momento bastante decisivo de redefinição da noção de cultura, de região e de povo, mas também de reorientação das ações governamentais sobre a moradia popular. Certamente tomando uma outra direção, apesar de absolutamente consciente e em alguns aspectos solidária ao debate anterior, situa-se a perspectiva explícita da erradicação do mocambo via intervenção do Estado.

Há muito que os relatórios e censos oficiais distinguem o mocambo como forma habitacional «deficitária», em proliferação na cidade, sem contudo estabelecerem contra ele um consenso e um combate efetivo. Já em 1908 o mocambo do Recife parece substituir a antiga referência aos «quadros e cortiços» na definição de «um dos maiores defeitos desta cidade», «uma ameaça constante à saúde pública». Aí, no entanto, sobretudo ainda na perspectiva mais imediata de estabelecer um «cordão sanitário» entre as classes sociais.

«Sem conforto e sem a mínima observância dos preceitos higiênicos, a pobre gente que os habita concorre com avultadíssimo contingente para o aumento da mortalidade e as suas condições de vida constituem um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna²⁴.»

Entretanto, observamos que até a década de 30 a referência aos mocambos como problema urbano ainda é extremamente rara, principalmente no discurso das autoridades governamentais. Em 1907, por exemplo, a pesquisa minuciosa realizada pelo engenheiro-chefe da Comissão das Obras do Porto do Recife, Dr. José Carlos Torres Cotrim, acerca das alternativas ao saneamento da cidade do Recife reivindica a construção de habitações populares como medida de saneamento da cidade, a fixação de normas de favorecimento às construções e critérios de construção de habitações higiênicas, porém não penetra na realidade dos mocambos²⁵. Mesmo a enorme pesquisa do engenheiro Olympio Chermont sobre casas proletárias, em que aborda o problema tal como vem sendo tratado em todo o Brasil, mas também na Rússia, Suécia, França, Suíça, Inglaterra, Bélgica e EUA, o mucambo é referência menor e de última página. É até indicativo que a palavra apareça em itálico: os *mucambos*²⁶. Mais eloquente ainda é o relatório apresentado ao secretário-geral do Estado pelo higienista Octávio de Freitas, figura central da vanguarda médica pernambucana. Tematizando o estado sanitário do Recife até 1918, os problemas de saneamento, a evolução dos regulamentos e reformas institucionais nos aparelhos de salubridade urbana, a história das epidemias e doenças, os quadros nosográficos, os índices de mortalidade, enfim, mapeando de forma extremamente detalhada os trabalhos de higiene em Pernambuco, em nenhum momento aparece a referência aos mocambos²⁷.

A própria história do discurso jurídico em Pernambuco revela, justamente, que a década de 20 é um momento crucial de reorganização dos padrões de intervenção estatal sobre a cidade e de aprimoramento das técnicas de sua legitimação²⁸. É exemplar o fato do aparecimento tardio da expressão *mocambos* no próprio texto das leis e decretos. Seja a «casa higiênica», seja a «casa operária», seja a «casa de

²⁴ Elpidio de Abreu e Lima Figueiredo, *Relatório Apresentado ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado pelo Secretário-Geral*, Typ. do Diário de Pernambuco, Recife, 1908, p. 111.

²⁵ Torres Cotrim, «Qual o systema de esgotos mais conveniente à cidade do Recife», in *Anaes do I Congresso Médico de Pernambuco*, Recife, 1909.

²⁶ Olympio Leite Chermont, «Casas para proletários», in *Anaes do I Congresso Médico de Pernambuco*, Recife, 1909 (v. especialmente pp. 601 e 602, em que Chermont cita Cotrim).

²⁷ Octavio Freitas, *Os Trabalhos de Hygiene em Pernambuco*, Recife, Officinas graphicas da Imprensa Official, 1919.

²⁸ J. Lira, 1991.

pequeno valor», somente em 1923 são representadas como sucedâneas dos mocambos²⁹.

Com efeito, até pelo menos a década de 20 no Brasil, os experimentos governamentais na esfera da habitação proletária eram muito pouco significativos, pois, antes de configurar objeto de lutas e reivindicações de um movimento operário apenas em constituição, a questão da moradia era sobretudo um problema de segurança médica das elites, de filantropia, de embelezamento das cidades, bem como de sua projeção nos indicadores estatísticos de mortalidade e morbidade das cidades européias. Era portanto uma questão de honra e de moral, uma dívida perante os quadros de civilidade e a benevolência divina. Parece-me de fato que é só a partir de então, e ainda aí muito dispersamente, que se requer um tratamento especializado, melhor estruturado administrativa e politicamente no disciplinamento da cidade e da força de trabalho.

Sem dúvida a condição de vulnerabilidade do mocambo — às epidemias, ao abandono espiritual, à imoralidade — desdobrava-se desde cedo em uma preocupação em quantificar a extensão do mal. Havia mesmo, como o diria o médico Raul Azedo, «casas que matavam», receptáculos de micróbios³⁰. Era necessário registrá-las sanitariamente, divulgar as estatísticas correspondentes e isolar as casas contaminadas da população em geral. De fato, o recenseamento de 1913 já apontaria que das 37 735 habitações do Recife, 43,3% (16 347 unidades) eram classificadas como mocambos e 22,5% como construções de taipa (esta última contudo adotada tanto em sobrados quanto em casebres)³¹. Em 1923, das 39 026 habitações recenseadas, 51,1% eram consideradas «deficientes» e apresentadas sob a rubrica «Mocambos»³².

A FUNDAÇÃO A CASA OPERÁRIA

Este último recenseamento, na verdade, já está inscrito no interior de uma política maior de assistência, saúde e instrução às «classes incultas», com vistas a «educar-lhes os sentidos». Idealizado pelo médico Amaury de Medeiros, o Departamento de Saúde e Assistência constitui na verdade um ensaio de política social em Pernambuco, no qual era objetivo expresso a construção de habitações higiênicas. A «Fundação A Casa Operária», criada em 1924, apesar de responder a uma carência imediata decorrente da grande cheia daquele ano, configura-se num experimento primitivo de gestão da reprodução da força de trabalho por parte do Estado, ainda assim recorrendo diretamente ao paternalismo empresarial e à consciência individual do morador aspirante a cidadão. A problemática dos

²⁹ Lei PE, 1624, de 26-6-1923.

³⁰ Raul Azedo, «As casas que matam», in *Jornal de Medicina de Pernambuco*, Recife, 16 (10), 142-145, de 16-10-1920.

³¹ Recife, Prefeitura Municipal, *Recenseamento de 1913*,

³² Estado de Pernambuco, Departamento de Saúde e Assistência do Estado, *Recenseamento de 1923*.

mocambos é então incisivamente levantada e questionadas as representações de moradia próprias às camadas populares.

«O ideal daquela gente humilde é ter a sua casinha, a que denomina 'mucambo'. Esta é uma mistura heterogênea de varios materiaes, que se podem prestar ou já se prestaram à construção, postos em equilibrio quasi instável, embaixo dos quaes se abriga o desgraçado e se diz satisfeito porque possui o seu 'cantinho'³³.»

Para Amaury de Medeiros e o Departamento de Saúde e Assistência, «essas casas são tudo quanto ha de mais insalubre e desconfortável». Aos mocambos são contrapostas as «villas operárias sanitárias», cujo regulamento de uso evidencia o significado claramente ideológico, pedagógico-disciplinar, do empreendimento.

«Onde está a obra de educação nessa instituição da casa operária? Está no seguinte: (1) as casas construídas têm servido de modelo, não só para a gente pobre, como para os industriaes que querem edificar villas operárias; (2) os moradores das casas, obedientes ao regulamento, tem modificado completamente seus hábitos antigos; (3) estabeleceu-se uma certa emulação entre os visinhos³⁴.»

A casa é, pois, instituição modelar, a ser difundida entre a gente humilde e que está ligada a uma série de exigências e dispositivos de controle: desde a constituição legal da família residente à obrigatoriedade de se saber ler e escrever; da garantia da manutenção, limpeza e conservação do prédio ao impedimento de reformas, sublocação, cessão de uso, etc.; proibição de se cuspir no chão ou colocar pregos nas paredes ou mesmo de se criar quaisquer animais; desde o funcionamento de um sistema de visitação, inspeção e premiação ao estabelecimento de um regime de recolhimento; da repressão ao alcoolismo à interdição de certas práticas de convívio comunitário, festas, palestras, reuniões, etc., etc.³⁵. Assim é que à moradia-modelo para os mocambeiros, ignorantes e desgraçados está associada uma série extensa e meticulosa de expectativas e ordenações sobre o morar. Moradia e educação para a civilização estavam, desde então, fusionadas na iniciativa estatal. Aos cultos caberia imprimir o sentido de urbanidade, higiene, hierarquia, laboriosidade e conduta moral sobre as massas proletárias incultas em torno de um projeto assistencialista marcadamente autoritário.

AS VILAS OPERÁRIAS E O DIREITO DOS PROPRIETÁRIOS

Esta tendência, na verdade, ganha impulso e efetividade exatamente a partir dos anos 30, quando a questão habitacional nas grandes cidades era reconvertida em tema central de uma política habitacional estruturada, de forte apelo moralizador. Localmente se consubstancia em uma intensa campanha, de cunho eminentemente demagógico, de estigmatização do mocambo, como forma de

³³ Amaury Medeiros, *Saúde e Assistência: Doutrinas, Experiências e Realizações*, 1923-1926, Recife, 1926, p. 139.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 147.

³⁵ Id., *ibid.*, pp.147-150.

habitação degeneradora da civilização e do homem novo. Se a construção do discurso antimocambos é iniciada anteriormente, é só então que a questão social nas cidades angariava *status* de decisão política. Na verdade, a própria insuficiência de todos os experimentos anteriores, o próprio desinteresse do capital imobiliário pelos terrenos alagados, local privilegiado de assentamento de mocambos, em parte, justificava o pouco empenho oficial ante o cenário que se construía sobre os mangues, rios e terrenos baixos e escondidos do Recife.

De fato, se até então nunca houvera uma política efetiva de ação direta do Estado sobre a questão habitacional, desde o último quartel do século XIX um discurso empresarial fundado na conjugação dos temas da modernização e da filantropia consubstanciava-se nas exemplares experiências das vilas operárias fabris ou das «vilas-cidadelas». Com certeza estas experiências remetem-se às estratégias históricas de intervenção na cidade industrial no que tange à disciplinarização das camadas proletárias, citam diretamente Fourier e Howard, Miss Octavia Hill, Miss Collin e o movimento mutualista inglês. Se desde o final do século XIX empresários pernambucanos vinham investindo na construção de vilas operárias de «pedra e cal» ao lado das habitações precárias, dos mocambos e casas de taipa, que forneciam parte das necessidades de alojamento dos operários fabris, é sobretudo depois de 1920 que se difunde praticamente uma certa utopia burguesa de higienização do trabalhador e sua casa, tendo agora como inimigo o mocambo. É sobre os «escombros dos mocambos» que nesta época os Lundgren constroem, em «pedra e cal», o meticuloso sistema de controle e contenção de seus extensos protetorados proletários. Segundo Lopes³⁶, é somente em 1927 que aparece explicitamente nos relatórios anuais da Companhia de Tecidos Paulista uma preocupação acentuada e uma orientação envolvidas na ideologia higienista, atualizadas a partir de então em um combate surdo e cotidiano contra os operários mais antigos, habitantes dos mocambos, sua concepção própria de casa e sua forma de habitar.

«A construção de mocambos, palhoças e choupanas é cousa do passado, é absolutamente intolerável sob o ponto de vista humanitário ou sob qualquer ponto de vista pelo qual tenha de ser encarado. Neste sentido podemos dizer que a nossa orientação é modelar³⁷.»

Entre os anos 20 e os anos 30, jornais pernambucanos divulgam uma intensa mobilização dos setores da indústria, inclusive da agroindústria açucareira, em torno da proposta de assistência social. Na cidade, a partir de 1926, na aldeia de Pombal, no atual bairro de Santo Amaro, o coronel João Pessoa de Queiroz e o Dr. Antônio Lacerda de Menezes começam a construção de sua vila operária por sobre as «palhoças africanas». Ao redor da «fábrica higiênica», o «feito aldeamento de mocambos» é transformado em uma «bairro moderno»³⁸. A Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, no Bairro da Torre, através do «idealismo» e a «doçura evangélica» dos Batista da Silva, edifica também

³⁶ Lopes, 1986, pp. 143-152 e 161-183.

³⁷ *Apud* Lopes, 1986, p. 150.

³⁸ *Diário de Pernambuco* de 1-1-1932.

modelarmente o seu «paraíso proletário» da década de 30: «Não se compreende o operário sem morar numa casa higiênica, sem se servir de um tipo de alimentação racional, sem escolas para os filhos, sem assistência médica e dentária [...] Quem entra no pátio da fábrica da Torre advinha de logo, que aquela não é a casa de tristeza de que falam os romances proletários. Um jardim sorri ao sol, num pátio calçado e paralelepípedos³⁹.»

Apesar de todos estes esforços e propaganda, continua sendo o mocambo a casa do pobre, e mesmo do operário, em todo o Recife, como, de resto, atestam os recenseamentos. Em 1935, o recenseamento feito pelo Serviço de Febre Amarela aponta a existência de 44 750 mocambos apenas no Recife⁴⁰. Desde cedo, aliás, após a revolução de 1930, os mocambeiros, sempre isentos dos impostos de décima, residentes em terrenos de marinha, passavam a ser alvo de taxaço pública⁴¹.

Mais ainda, os mocambeiros, inquilinos inadimplentes, aforadores e invasores de imóveis, passam a ser também alvo de ações executivas de despejo por parte de proprietários privados. A ação movida por um certo Francisco de Carvalho Neves contra 21 famílias de mocambeiros é exemplar⁴². A postura inicial dos réus é aparentemente de indiferença. Sua estratégia é sobretudo de ausência e negação de participar do processo legal. Recusam-se a comparecer em juízo. Negam aporciência aos mandados de intimação. Mas, no curso do processo, às ameaças cada vez mais concretas de expulsão do terreno e destituição de seus bens os mocambeiros irão constituir defesa, aliás muito competente e convincente do ponto de vista do direito. Recuperam, por exemplo, diante da justiça do Estado o verdadeiro estatuto do terreno em questão e reabrem uma contenda importante entre a delegacia fiscal da união e o pretense proprietário do imóvel. Esta atitude mais ofensiva da parte dos moradores articula inclusive aliados no Supremo Tribunal Federal, na Fazenda Nacional e na Marinha. Requerem suspensão de leilão. Atestam a falta de domínio privado do terreno, a falta portanto de direitos de ação e execução. Provam a debilidade da escritura de propriedade do Sr. Carvalho Neves. Tudo isso, ao longo de três anos de processo civil, será inútil. O direito de propriedade afirma-se em toda parte soberano em relação ao direito de morar na cidade, viabilizado somente pela invasão e pela construção de mocambos.

O ESTADO NOVO E A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO

O editorial do *Diário de Pernambuco*, em julho de 1937, cobra da Câmara Municipal do Recife mais eficiência na «luta contra essa espécie de habitação que

³⁹ *Ibid.* de 1-1-1937.

⁴⁰ A. Barretto Gonçalves Ferreira, «Recife e suas condições de salubridade», in *Revista Médica de Pernambuco*, Recife, 7 (11), 332-342, novembro de 1937, p. 339.

⁴¹ *Diário de Pernambuco* de 29-11-1930.

⁴² Estado de Pernambuco, Corregedoria Geral da Justiça. Ação Executiva, Juízo de Direito da 6.^a Vara, Cartório do Cível, Palácio da Justiça, 3-9-1931.

degrada a espécie humana»: «O caso dos mucambos, não ata nem desata. É o grande beco sem saída do Recife [...] O mucambo precisa ser eliminado do nosso ambiente. Por si só, o mucambo constitui uma propaganda contra o regimen⁴³.»

Se desde a pouco efetiva «Fundação A Casa Operária» e ao longo de toda a década de 30 é operado o ideário da casa higiênica no interior das camadas populares, é somente em 1937, com a instituição da Diretoria de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura, pelo interventor estadual Agamenon Magalhães, que uma campanha sistemática de combate aos mocambos é organizada, ao lado de demais políticas assistencialistas, de enquetes sócio-econômicas e de propaganda anticomunista. Como uma questão de «destino da terra e das instituições», «lutar contra o mucambo é lutar contra o comunismo. Porque todo o mucambo é uma célula de descontentamento. Por isso a luta contra o mucambo precisa do apoio de quantos sentem a necessidade de defender o organismo social das investidas dos inimigos do regimen⁴⁴.»

A campanha de erradicação retoma mais uma vez, como suporte de suas ações discursivas e não discursivas, o aspecto tecnológico do mocambo, só que agora destituído de seus valores positivos e redefinido precariamente. Tem andamento assim um movimento mais denso de reeducação e assistência como parte de uma estratégia de estabilização política e construção de legitimidade para o Estado. Destruir os mocambos, construir as vilas populares, educar para a moralidade doméstica, a disciplina do trabalho e a harmonia social estavam imbricados na campanha humanitária. O «aglomerado sombrio de mocambos, feito de todas as peças, desde a lata de querosene, da caixa de sabão, até o barro preto dos paúes» é urgido a «sair da literatura e dos romances para o terreno das soluções práticas».

Em 1938 é organizada a Comissão Censitária dos Mucambos do Recife, no intuito de esquadrihar as condições de vida dos habitantes destes «monstrenhos de palha e zinco que, dia a dia, mais se espalham pelo Recife, acororando-se, em paralelo, às avenidas asfaltadas e em torno às boas casas de alvenaria». Eram então 45 581 mocambos (contra pouco mais de 20 000 casas de tijolos); destes apenas 3000 eram próprios. Dos moradores, apenas 3,3% estavam desempregados. Os homens, na sua maior parte, eram artesãos, operários, comerciantes, empregados no setor de transportes; as mulheres, na sua maior parte, lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas. As habitações são então desconstruídas pelas autoridades em suas dezenas de tipos construtivos, como que para serem reconstruídas novamente sob uma forma inimiga exclusiva.

Em 1939 é criada a Liga Social contra o Mucambo, instituição «de caráter humanitário, destinada a promover a extinção desse tipo de moradia e a incentivar a construção de casas populares dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição»⁴⁵.

⁴³ *Diário de Pernambuco* de 24-2-1937.

⁴⁴ Agamenon Magalhães, in Comissão Censitária dos Mucambos do Recife, *Observações Estatísticas sobre os Mucambos do Recife*, Recife, Imprensa Oficial, 1939.

⁴⁵ Estado de Pernambuco, *Estatutos da Liga Social contra o Mucambo*, Recife, Imprensa Oficial, 1940.

Nesta cruzada é necessário recorrer aos preconceitos imprimidos ao longo dos anos sobre os mocambos pelas elites locais, de resto, principais financiadoras da empresa. Na expressão *contra o mucambo* ele é sempre apresentado como «uma chaga», «uma vergonha», «um monstrego», «uma anomalia», a ferir a paisagem da Veneza Americana. É evidente o sentido de reafirmação do complexo de superioridade da região no documento do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda ao avaliar os primeiros quatro anos de realizações da Liga: «O grande problema era o mocambo. O turista que encontrava uma cidade onde o surto de renovação podia ser notado e sentido sem esforço, pasmava de verificar o contraste, quando a paisagem feia e desoladora dos mocambos aparecia de chofre⁴⁶.»

É interessante observar que, para o DEIP, o «espanto do turista» alia-se ao «mal estar do recifense»; «recifense», frisa o escritor, «nós outros, amigos do progresso e da beleza da cidade». Recifenses, turistas e Estado opor-se-iam portanto aos mocambos e mocambeiros, extraídos aqui de qualquer relação de pertencimento com a cidade.

«Si o mucambo proliferou á larga no Recife, é que nunca houve uma política de habitação, é que o Estado Liberal não se interessava por certos problemas, não faltando mesmo os que consideravam o mucambo uma habitação que realizava o ideal da casa do pobre⁴⁷.»

O próprio governador do Estado, Agamenon Magalhães, reconhece as resistências populares a uma redefinição estigmatizada do mocambo, apesar de renovar seu entusiasmo na saudação dos efeitos de isolamento e discriminação a que estas formas inimigas de habitação eram submetidas, graças à violência das demolições, interdições, multas e discursos populistas.

«Já há um pudor do mucambo: quando antes da cruzada social pela habitação popular muita gente achava aquilo pitoresco, e ter um mucambo era aspiração de classe. Ouvei muitas raparigas dizerem que tinham um mucambo, como se dissessem que tinham um dote ou uma jóia [...] Hoje, felizmente, ninguém quer ter mais mucambo, que desperta certa vergonha, como um vestido rasgado, um sapato que não esconde mais os pés, um chapéu comido pelo uso, qualquer coisa, enfim, que cheira a decadência ou que lembra um fim de vida ou a incapacidade de viver⁴⁸.»

Importa aqui ressaltar o fato de uma política deliberada de construção de sentido para o mocambo, associar-se a uma outra, de sua eliminação material. Na verdade, a repressão ao mocambo não seria nunca capaz de responder às demandas por habitação colocadas, que aliás, então, se exigia higiênica. Ao contrário, talvez, o ciclo mocambo-casa possuía até mesmo uma certa funcionalidade a uma polarização e imobilização política da questão. Em 1940, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos 324 893 habitantes do município do Recife, 215 827

⁴⁶ Estado de Pernambuco, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, *Guia Social do Recife*, Recife, Imprensa Oficial, 1943.

⁴⁷ *Diário de Pernambuco* de 30-7-1939.

⁴⁸ Agamenon Magalhães, «O pudor do mocambo», in *Folha da Manhã*, Recife, de 4-10-1939.

moravam em construções consideradas «deficitárias». Eram 49 825 casas, ou seja, em torno de 73% do total, construídas em madeira, aí incluídas as de taipa e os mocambos⁴⁹. Assim, se não foi possível eliminar o mocambo como alternativa habitacional proletária, ao menos aos poucos hegemonizou-se uma vergonha ligada a ele. Criou-se um «pudor do mocambo», e ele deixou de ser um lugar onde se podia entrar ou convidar alguém a entrar, em contraste com «os lugares bons para pobre morar», que se impunham aos pensamentos do *Moleque Ricardo* do romancista José Lins do Rego.

É possível que esta primeira fase da Liga, de sistemática destruição de mocambos e acirrada campanha ideológica pela sua condenação, tenha, de uma parte, forçado os deslocamentos de mocambeiros no interior da cidade — aliás a própria Liga Social contra o Mucambo possuía um serviço de exportação de famílias de volta aos seus lugares de origem ou diretamente ligado aos serviços de captação de mão-de-obra de São Paulo, fornecendo passagens e auxílio-transporte — e, de outra parte, sempre mais precariamente, estimulando a procura de novos «esconderijos» p'ros mocambos, a periferação, a segregação/dissimulação crescente da miséria, enfim, de uma outra forma de legitimação do pobre ante o poder de repressão e consensualização do Estado.

O reformismo da Liga Social contra o Mucambo desse modo visara uma certa «instituição» da casa, da vida privada e da domesticidade proletárias. E nesse sentido constitui-se em um ponto avançado e perfeitamente solidário ao projeto do ditador Getúlio Vargas de um «estatuto da família». Com efeito, o Estado Novo, a partir de 1939, investe em políticas de proteção e organização familiar, propondo para ela um lugar específico no conjunto da sociedade⁵⁰.

Em 1945 seria criado o Serviço Social contra o Mocambo, autarquia administrativa subordinada ao executivo estadual, tendo como finalidade básica a construção de «casas higiênicas e populares destinadas às classes menos favorecidas, protegendo-as contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nos mocambos»⁵¹. Ao lado disto, competiria ainda ao Serviço contra o Mocambo, entre outras coisas, fazer a propaganda das instituições nacionais, propagar os bons costumes e o bem-estar, promover a consciência dos deveres cívicos e profissionais, desenvolver a assistência médica e educacional, proteger a família, orientar o movimento operário, etc.

O mais importante é que, reconstruindo simbolicamente o mocambo, destruindo-o materialmente, reinventando novas formas de satisfação corporal para o pobre, investindo na habitação padronizada a função de pólo estruturador do consumo de novas mercadorias por parte da família trabalhadora, colonizando sua vida cotidiana e as esferas de sua domesticidade, ao mesmo tempo que forçando a sua suburbanização, o Estado começa a lançar mão de novos moldes de romantização do lar, para começar, como diria Agamenon, «uma reforma,

⁴⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento Geral de 1940*.

⁵⁰ S. Schwartzman, 1984.

⁵¹ Estado de Pernambuco, *Regulamento do Serviço Social contra o Mocambo*, Recife, Imprensa Oficial, Recife, 1945.

uma ascensão, uma outra vida»: «O fim moral da Cruzada, foi precisamente este. Criar o pudor do mocambo, destruindo o mocambo e fazendo casas. Mostrando o contraste entre a casa higiênica e alegre e a casa que não é casa por não ter ar, nem sombra, nem repouso, nem nada [...] Mostrando o contraste entre a paisagem morta, a paisagem sem movimento, a paisagem que não muda e a paisagem da casa, que se movimenta no ímpeto dos ventos que lhe sacodem as portas, no colorido dos jardins, na alegria das crianças, que esperam os pais, no zelo das esposas que tratam dos móveis, bordam as toalhas, limpam os cantos e enchem os vasos de flores. Mostrando enfim, que há na vida um mínimo de felicidade, de condição humana, de bem social que todos podem ter desde que procurem alcançá-lo, pelo trabalho e pela confiança num melhor destino⁵².»

A insistência na oposição casa/mocambo, claro/escuro, vivo/morto, traduz, na política antimocambo, a construção de valores e práticas de moradia sobre aquilo que se afirma ser pré-higiênico. Trata-se, como bem escreve o interventor, de estabelecer a privacidade dos dramas familiares aquém das portas e janelas; organizar a família nuclear, com crianças e pais, donas-de-casa e pais-de-família, no exercício preciso de seus papéis; ocupar o tempo livre dos homens nos jardins e o das mulheres nos vasos de flores e tarefas domésticas; redefinir as horas de comer, dormir e dos serviços de higiene, as mesas, cobrindo-as com toalhas de mesa, as camas, com colchões e lençóis, e os corpos banhados com toalhas; mobilizar enfim a todos na varredura e na limpeza, especificando sabões, repartindo as coisas da casa em odores e sujidades individualizados, submetidas a todo modismo de limpeza e perfumes sempre reciclados. Processa-se assim como que uma «revolução branca» no interior da casa e dos modos da vida privada, sobre a antiga célula de descontentamento, resistência e transgressão: o «mocambo-esconderijo».

«O lar condigno e sadio assegura ao seu proprietário mais interesse pela solidez das instituições, mais respeito à lei e às autoridades, mais bem estar, e mais sentimento de dignidade da vida⁵³.»

O investimento ideológico em delimitar um «conforto corporal selvagem», ligado ao Mocambo, em retratar uma «imagem negra» do mocambo, em reformar toda a economia do bem-estar, na verdade, de resto, se insere numa estratégia há muito incorporada ao acervo das práticas burguesas de controle social e extensão de suas fronteiras de mercado até o nível dos movimentos e sensações corporais mais imediatos. Tratar-se-ia de «substituir modos de satisfação corporal cujos instrumentos e efeitos eram incontrolláveis, por um bem-estar cujos meios de produção e efeitos possam ser controlados e utilizados [...] Pouco a pouco — pensa-se —, o bem-estar corporal, tendo-se tornado indissociável de uma vida em família, e a própria família tendo-se associado à idéia de uma casa limpa e bem equipada, esta vai constituir o indutor principal de múltiplos prazeres regrados, e cristalizar aquilo que no pobre aspira a viver melhor⁵⁴.»

⁵² Agamenon Magalhães, «O pudor do mucambo», *op. cit.*

⁵³ *Diário de Pernambuco* de 8-8-1939.

⁵⁴ Beguin, 1977, pp. 172-173.

Na verdade, não teriam sido apenas os intelectuais românticos a reconhecer no mocambo uma forma própria de atualização das necessidades de moradia do pobre. Contudo, o que os teria diferenciado destas investidas oficiais acima descritas e sintetizadas pela ação da Liga Social contra o Mucambo seria justamente o fato de aqueles terem visto na casa popular algum valor de coerência ou significado a ser, de um modo ou de outro, preservado em favor de um nacionalismo redivivo. Não restam dúvidas de que se estabeleceu um confronto com as posições romantizadoras do mocambo desde as pretensões de regeneração e ilustração das massas propostas pelo novo Estado.

O que procuramos discutir ao longo deste texto, ao reabrir a história dos mocambos do Recife, foi justamente um capítulo histórico de nossas concepções modernas e racionais de habitação. O «mocambo» nos oferece a oportunidade de confrontar a utopia disciplinadora da casa expressa nas noções de «casa higiênica» e «casa econômica»; revela experiências de moradia completamente diferentes daquelas propostas pelos especialistas que então construía na habitação o seu objeto; permite evidenciar os limites racionais das concepções eruditas do projeto de habitação que têm nas «máquinas de morar» ou «moradias-ração» — apenas para ficar com as versões funcionalistas — o seu paradigma. O sentido desse questionamento que a «história dos mocambos» nos proporciona, uma vez subtraída à naturalização imposta pelos discursos telurizantes do luso-tropicalismo ou por sua identificação à condição da barbárie moral, sanitária e social, feita pelos higienistas e administradores públicos, é uma abertura entre outras para o universo desconcertante das práticas populares de arquitetura. Que se lembre, ao fim e ao cabo disso tudo, que a arquitetura dos mocambos nordestinos nem sempre foi efeito de pobreza e da perpétua liminaridade da indigência a que esteve submetida a classe trabalhadora no Brasil.

GLOSSÁRIO

Caboclo: mestiço de branco com índio.

Calombo: qualquer montículo, inchaço, etc.

Casa de barro batido a sopapo: habitação entaipada com barro que se atira com a mão na estrutura armada em madeira.

Cortiço: casa de cômodos ou habitação coletiva das classes pobres, «quadro», «zungu», «cabeça-de-porco».

Cumbuca: vaso feito de cabaça.

Sapé: tipo de capim muito utilizado para coprir chouças.

Veneza Brasileira: apelido turístico da cidade do Recife.

Xangô: no estado de Pernambuco refere-se ao conjunto de cerimônias afro-brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

BEGUIN, François, «Les machineries anglaises du confort», in *Recherches*, n.º 29, Paris, dezembro de 1977.

752 CARNEIRO, Edison, *O Quilombo dos Palmares*, São Paulo, Nacional, 1988, 4.ª ed.

- CASTRO, JOSUÉ de, *Homens e Caranguejos*, São Paulo, Brasiliense, 1967.
- CAVALCANTI BEZERRA, Daniel Uchôa, *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Imprensa Universitária, 1965.
- CHAUI, Marilena, «Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira», in *Ideologia e Mobilização Popular*, n.º 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CHAUI, Marilena, *Conformismo e Resistência; Aspectos da Cultura Popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987, 2.ª ed.
- DONZELOT, Jacques, *A Polícia das Famílias*, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- DOUGLAS, Mary, *Pureza e Perigo*, São Paulo, Perspectiva, 1976.
- FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, São Paulo, José Olympio, 1936.
- FREYRE, Gilberto, *Mucambos do Nordeste: Algumas Notas sobre o Typo de Casa Popular mais Primitivo do Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937 (publicações do SPHAN, n.º 1);
- FREYRE, Gilberto, *Oh de Casa! Em torno da Casa Brasileira e de Sua Projeção sobre Um Tipo Nacional de Homem*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FOUCAULT, Michel, *A Vontade de Saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1988, 9.ª ed.
- FOUCAULT, Michel, *A Arqueologia do Saber*, Rio de Janeiro, Forense, 1987, 3.ª ed.
- LIRA, José Tavares C. de, «O germe da lei urbana e a higiene da casa (e) do operário», in *Sinopses*, n.º 15, FAUUSP, 1991,
- LOPES, José Sérgio Leite, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, tese de doutorado, Museu Nacional/PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (mimeog.).
- MELO, Marcus André B. C. «A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920-1960)», in *Espaço e Debates*, n.º 14, ano v, 1985.
- MENDONÇA, Renato, *A Influência Africana no Português do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
- MILET, Vera, *A Teimosia das Pedras: Um Estudo sobre a Preservação do Patrimônio Ambiental no Brasil*, Olinda, Prefeitura de Olinda, 1988.
- ORTIZ, Renato, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1986, 2.ª ed.
- PAMPLONA, Telmo, e Erminia Maricato, *A Penetração dos Bens Modernos na Habitação Proletária*, São Paulo, FAU/USP, 1981.
- PANDOLFI, Dulce, *Pernambuco de Agamenon Magalhães*, Recife, Massangana, 1984.
- PERRUCCI, Gadiel, «A formação histórica do Nordeste e a questão regional», in Silvío Maranhão, (org.), *A Questão Nordeste*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- RAMOS, Arthur, *O Negro na Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1956.
- RAMOS, Arthur, *As Culturas Negras no Novo Mundo*, São Paulo, Nacinal, 1979, 4.ª ed.
- REGO, Jose Lins do, *O Moleque Ricardo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 17.ª ed.
- SCHWARTZMAN, S., et al., *Tempos de Capanema*, São Paulo, EDUSP, 1984.
- TEVES, M., *Entre os Mocambos do Recife*, Salvador, Mensageiros da Fé, 1948.
- Vasconcelos Sobrinho, «O problema dos mucambos, problema rural», in *Diário de Pernambuco*, Recife, de 28-12-1937.